



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### CONCLUSÃO

Em 15/01/2014 14:11:08, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.  
 Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0002788-21.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário**  
 Requerente: **Cosmo Mariano da Silva**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Cosmo Mariano da Silva** move ação em face do **Instituto Nacional do Seguro Social**, dizendo que sofreu acidente de trabalho em 2001, quando realizava atividades na empresa onde trabalhava. O trauma de crânio e o impacto na face e braço esquerdos geraram-lhe incapacidade laboral. Recebeu benefício previdenciário que acabou sendo interrompido, pleiteando assim a procedência da ação para condenar o réu a lhe prestar auxílio doença acidentário desde a data de sua cessação, que se deu em 31.03.2008, até a data do laudo (28.07.2008) e, na sequência, sua conversão em aposentadoria por invalidez acidentária, compelindo o réu a implantá-la em 30 dias sob pena de multa diária a ser arbitrada judicialmente, condenando o réu ao pagamento dos atrasados, e demais consectários legais. Documentos às fls. 08/14. Laudo pericial às fls. 19/21.

Inicialmente, o autor ajuizou ação previdenciária pela Justiça Federal onde o réu foi citado e contestou (fls. 44/52), tendo aquele Juízo reconhecido a competência da Justiça Estadual para conhecer e presidir o pleito acidentário (fls. 64/66). O autor aditou a inicial às fls. 75/76.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

O réu contestou às fls. 78/84 dizendo que estão ausentes os pressupostos para concessão da aposentadoria por invalidez. O autor não apresentou nenhuma evidência clínica da incapacidade laboral indicada na inicial. Nem a CAT foi feita e encaminhada ao réu. Improcede o pleito. Em caso de procedência, os honorários advocatícios não devem exceder a 5%, a correção monetária incide a partir do ajuizamento da ação e os juros de mora são de 6% ao ano e a partir do trânsito em julgado.

Réplica às fls. 89/91. Documentos às fls. 99/142, 144/151 e 180/184. Saneador à fl. 194. Laudo pericial às fls. 223/228. As partes manifestaram-se sobre o laudo pericial (fls. 235/236 e 238/241). Foram ouvidas duas testemunhas em audiência onde as partes reiteraram seus anteriores pronunciamentos.

É o relatório. Fundamento e decido.

Inicialmente, o autor ajuizou ação de natureza previdenciária. Quando da elaboração do trabalho pericial no processo então em curso na Justiça Federal (fls. 19/21), a perita médica identificou que o autor foi vítima do impacto causado por um objeto de 75 kilos que atingiu o seu corpo, causando-lhe traumatismo craniano e atingindo-o nos braços. A perita visualizou caso típico de acidente no exercício das atividades desempenhadas pelo autor no âmbito de sua empresa.

De fato, a empregadora do autor ao tempo do acidente não cuidou de elaborar a CAT e encaminhá-la ao INSS. Essa omissão da empregadora não pode gerar prejuízo para o obreiro acidentado, sob pena de inversão ilegal de responsabilidade. Referido laudo permitiu ao juiz federal reconhecer a incompetência daquela Justiça especializada e sua remessa a este juízo consoante a Súmula 15 do STJ (fl. 64/66).

O autor quando do acidente trabalhava para a empresa Embrafa – Indústria e Comércio de Artefatos de Metais e Aços LTDA, de atividade industrial, onde o autor era ajudante geral (fl. 129). A ficha de atendimento ambulatorial de fl. 182 refere-se à internação do autor em 22.01.2002, na Santa Casa de Misericórdia, por ter sofrido traumas causados por uma caixa pesada.

As testemunhas ouvidas confirmaram que o autor estava trabalhando no setor das



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

empilhadeiras e o acidente ocorreu em 2002, quando uma caixa de ferro se desprende daquele equipamento e atingiu-o na cabeça, sofrendo queda no solo, começou a passar mal, saía sangue de sua cabeça e foi levado para o hospital. Depois daquele acidente, o autor ficou “passadão” ou “esquisitão”.

A perita médica de fls. 19/21 reconheceu o nexo causal e constatou que o autor está inválido para o trabalho. Essa incapacidade seria total.

A perita médica nomeada por este juízo (fls. 224/228) diagnosticou que o autor sofre de “Epilepsia Focal Sintomática” (controlada com medicamento anticonvulsivante – Etiologia a esclarecer) e concluiu que o autor “em razão desse quadro apresenta restrição à realização de atividades laborativas que demandem manuseio de objetos cortantes, trabalho em altura e operação de máquinas”.

A perita reconheceu que a incapacidade do autor é parcial e permanente (fl. 227). A perita não tinha elementos suficientes para reconhecer o nexo causal entre o alegado acidente do trabalho e as lesões experimentadas pelo autor, por falta da CAT. A prova oral colhida por este juiz mostrou-se robusta no sentido de confirmar esse nexo causal.

Apesar da conclusão dada no laudo pericial de fls. 224/228, observo que o autor é pessoa simples, analfabeto funcional, desde o princípio executou tarefas de mero auxiliar ou ajudante no setor produtivo das indústrias (fls. 128/129) e o mal diagnosticado é fator determinante para sua exclusão do mercado de trabalho. Sempre auxiliar de produção, seguramente não terá vez no competitivo mercado de trabalho com o histórico resultante do acidente apurado nos autos. Consoante o v. acórdão proferido na Apelação nº 0014397-90.2009.8.26.0053, julgado pelo TJSP, em 17.12.2013, relator desembargador Alberto Gentil: “... ante as evidentes restrições decorrentes da lesão apresentada pelo autor, a sua aptidão laboral (pedreiro) e seu pequeno grau de instrução, o que torna difícil (senão impossível) sua recolocação no mercado de trabalho diante da competitividade exigida pela conjuntura econômica vivida pelo país, a conclusão é de que o segurado se encontra, na verdade, total e permanentemente incapacitado para sua atividade laborativa”.

Importa observar que o próprio INSS concedera ao autor a partir de 20.11.2002, o benefício previdenciário de auxílio doença NB 126.990.289-7 (fls. 144/150). O réu interrompeu esse benefício em 31.03.2008, fato incontroverso.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Considerando o diagnóstico apurado pela perícia e as condições sociais vulneráveis do autor, mais razoável que se lhe assegure o desfrute do auxílio doença acidentário a partir de 01.04.2008 até 24.09.2013, convertendo-o em aposentadoria acidentária a partir da data do laudo de fls. 224/228, ou seja, 25.09.2013, em 100% do salário de benefício, além da concessão do abono anual, conforme art. 40 da Lei ° 8.213/91. A renda mensal do auxílio doença acidentário será calculada nos termos do inciso II, do art. 29, da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, utilizando-se pois “a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo período contributivo”. Para cálculo da renda mensal inicial a ser implantada, aplicar-se-ão os mesmos índices previdenciários utilizados pela autarquia para reajuste dos benefícios em manutenção.

A correção monetária dos valores em atraso orientar-se-á pelos critérios da Lei nº 8.213/91 e suas alterações posteriores, inclusive os termos do Recurso Especial Repetitivo nº 1.102.484/SP. Ainda quanto aos juros de mora e correção monetária no que diz respeito à aplicação da Lei nº 11.960, de 29.06.2009, é de se observar o julgamento de ADIs nº 4.557, 4.372, 4.400 e 4.425 pelo Plenário do Colendo STF, conforme o v. acórdão proferido na Apelação nº 0014397-90.2009.8.26.0053, julgado pelo TJSP, em 17.12.2013, relator desembargador Alberto Gentil.

Os juros moratórios incidirão de forma englobada até a citação e, a partir daí, serão computados de maneira decrescente, mês a mês.

O réu pagará ao autor, a título de honorários advocatícios, 10% do débito vencido até a data da publicação desta sentença. O réu está isento do pagamento das custas processuais.

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO** para condenar o INSS a prestar e pagar ao autor: a) auxílio doença acidentário a partir da data da cessação do auxílio doença previdenciário, pagamento esse até a véspera da data do laudo (24.09.2013) e abono anual; b) conversão desse auxílio doença acidentário em aposentadoria acidentária a partir de 25.09.2013, e abono anual; c) as parcelas vencidas por todo o período do auxílio doença acidentário concedido na letra “a” e as mensalidades vencidas da aposentadoria acidentária; os critérios para a identificação do valor da renda mensal dos benefícios concedidos e o reajuste monetário das parcelas em atraso, bem como a aplicação dos juros moratórios são os constantes da fundamentação supra. Condene o réu a pagar ao autor 10% de honorários advocatícios sobre o débito vencido até a data da publicação desta sentença, conforme Súmula 11 do STJ. Isento o réu do pagamento das custas do processo. Depois do trânsito em julgado, abra-se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

vista ao autor para, em 30 dias, formular o pedido de execução nos termos do art. 730, do CPC, oportunidade inclusive para apresentar o cálculo da renda mensal dos benefícios para o fim da implantação dos benefícios, o que ocorrerá mediante prévio envio de ofício com prazo de 30 dias, sob pena de multa a ser arbitrada oportunamente.

P.R.I.

São Carlos, 17 de janeiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**